



Especial: Protocolo de Kyoto

# Entra em vigor o maior pacto de não-agressão à natureza já fechado no Planeta

por Victor Abramo



Fotos: Keystone

**Acordo global é motivo de esperança para ambientalistas do mundo inteiro, mas boicote americano e mudanças no texto lançam dúvidas quanto aos resultados**

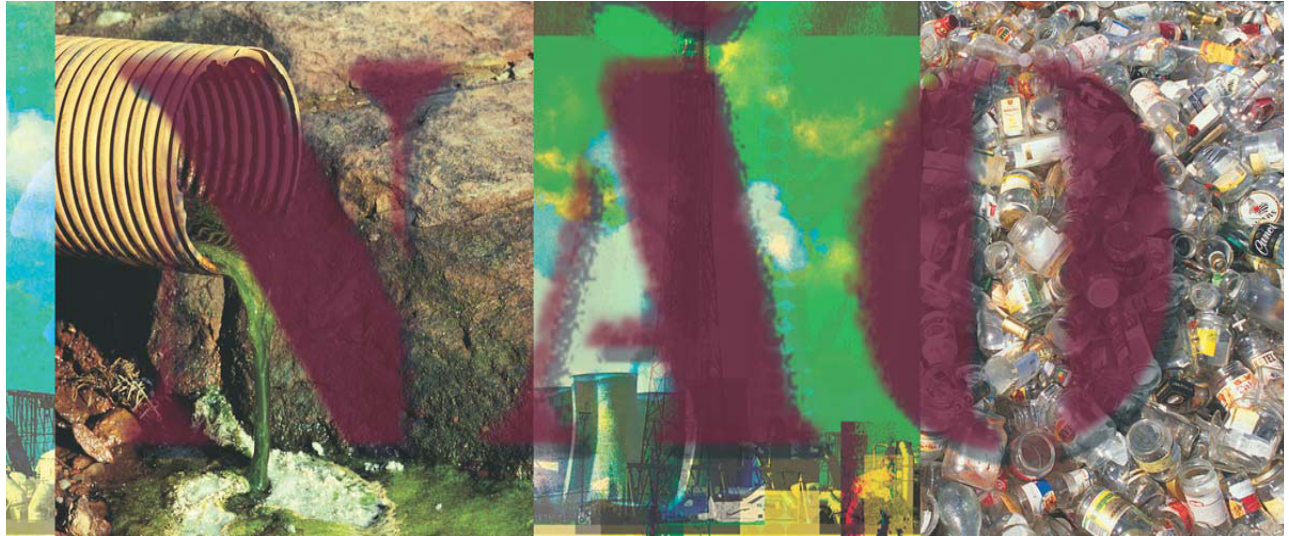
O Protocolo de Kyoto tem estreitas ligações com o Brasil e, em especial, com a cidade do Rio de Janeiro. Foi durante a ECO 92 (Conferência Mundial sobre Meio Ambiente) que 160 governos assinaram uma convenção sobre mudanças climáticas, um arcabouço do grande acordo ambiental agora em vigor.

**M**aior, mais abrangente e mais ambicioso acordo ambiental já firmado com a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU), o Protocolo de Kyoto está em vigor desde o dia 14 de fevereiro, depois de negociações que duraram quase quinze anos e envolveram mais de uma centena de países. Motivo de esperança para milhões de pessoas que trabalham ou simplesmente se preocupam com a preservação do meio ambiente, o pacto de não-agressão à natureza, no qual parte dos países industrializados se compromete a reduzir a emissão dos gases causadores do chamado Efeito Estufa, começa a vigorar sob a ameaça da polêmica decisão do governo dos Estados Unidos, que apesar de serem os maiores poluidores do planeta (respondem por cerca de 42,6% do total das emissões de poluentes) insistem em não reconhecer o tratado.

Com o acordo em vigor, ambientalistas dos EUA e da Austrália, outro país que não aderiu ao pacto, saíram às ruas em protesto e exigiram mudanças na política ambiental de seus governos. Mais do que os protestos de rua, nos Estados Unidos o presidente Bush passou a ser pressionado

politicamente. Mais da metade dos estados americanos e algumas das maiores empresas do país resolveram adotar voluntariamente práticas de redução de emissões dos gases causadores do aquecimento global, apesar da política oficial do governo, contrária a adoção das medidas que integram o protocolo. A adesão voluntária estaria acontecendo até mesmo entre correligionários do presidente, como nos estados de Nova Iorque e Califórnia.

Mesmo que tudo corra como planejado e os países signatários reduzam drasticamente a emissão de poluentes, o impacto sobre o clima só poderá ser medido de forma satisfatória daqui a centenas de anos, o que torna imperativo a imediata retomada das negociações e pesquisas em busca de melhores resultados, assim como o empenho mundial na busca e utilização de fontes alternativas de energia. Outro fator preocupante é que, entre a aprovação do acordo, em 1997, no Japão, e sua entrada em vigor, muitos países aumentaram as emissões de poluentes, tornando ultrapassadas a maioria das metas estabelecidas com prazo de vigência até 2012, quando deverão ser revistas para uma segunda



fase do projeto. O texto original também foi alterado em diversas conferências posteriores para a introdução de atenuantes que contabilizam áreas florestais como redutoras da emissão de  $\text{CO}_2$ . Porém, paralelamente, em muitos países — inclusive no Brasil — o desmatamento cresceu muito nos últimos anos, e alguns ambientalistas temem que, na melhor das hipóteses, o tratado possa resultar, apenas, na estagnação das emissões, se tanto.

O Protocolo de Kyoto tem estreitas ligações com o Brasil e, em especial, com a cidade do Rio de Janeiro. Foi durante a ECO 92 (Conferência Mundial sobre Meio Ambiente) que 160 governos assinaram uma convenção sobre mudanças climáticas, um arcabouço do grande acordo ambiental agora em vigor. O objetivo: reduzir interferências no sistema climático e

estudar, com urgência, maneiras de proteger fontes alimentares e ecossistemas de modo a alcançar o desenvolvimento com um mínimo de agressão à natureza. A meta, manter nos mesmos níveis de 1990 as emissões dos países mais industrializados, mesmo patamar adotado no Protocolo de Kyoto.

Tantas marchas e contra-marchas causadas por questões políticas e econômicas só chegaram ao fim em setembro do ano passado, com a ratificação por parte do governo da Rússia, completando, pelo menos em tese, o controle sobre 55% das emissões de  $\text{CO}_2$  no mundo desenvolvido. A iniciativa russa era esperada há sete anos pela comunidade internacional. A documentação, incluindo uma carta do presidente Vladimir Putin e os instrumentos legais de ratificação, foi entregue ao secretário-geral da ONU, ►

## Noruega abre primeira bolsa de carbono

O secretário de Energia da Noruega, Oluf Ulseth, e o grupo norueguês Nordpool inauguraram no dia 28 de fevereiro a primeira bolsa mundial para compra e venda de cotas de emissão de dióxido de carbono. A bolsa, que pretende canalizar as operações com  $\text{CO}_2$  previstas no Protocolo de Kyoto para redução das emissões de gases do efeito estufa, vinha funcionando em caráter experimental desde 11 de fevereiro. Des-

ta forma, as empresas, que até então negociavam de forma bilateral, poderão recorrer à bolsa para comprar e vender cotas de emissão", explicou um representante da Nordpool.

Segundo a mesma fonte, os valores das emissões de  $\text{CO}_2$  estão cotados entre 7 e 9 euros e o volume de venda que se pode alcançar diariamente varia de 30 a 65 mil toneladas. Na solenidade de inauguração, o secretário Oluf Ulseth



disse acreditar que este tipo de mercado contribuirá de forma efetiva para a redução das emissões de gases que causam o aquecimento do planeta.

## Protocolo de Kyoto

Kofi Annan, pelo representante russo no Conselho de Segurança do órgão internacional. A entrega aconteceu na presença da queniana Wangari Maathai, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2004, em reunião realizada pelas Nações Unidas em Nairóbi.

Até a adesão da Rússia, a ratificação de 123 países representava apenas 44% das emissões mundiais em 1990. Com a decisão do governo de Moscou somaram-se 17,2%, sendo ultrapassados os 55% necessários para a vigência do tratado. A meta do Protocolo de Kyoto é reduzir as emissões em 5,2% entre 2008 e 2012. Mas esta redução não é uniforme: divide-se por grupos de países e é negociável. O tratado também permite às nações industrializadas

comprar e vender direitos de emissão, tomando como referência valores de 1990. Desta forma, os países ricos podem, por exemplo, financiar projetos de pesquisa e utilização de energias renováveis no hemisfério sul, reduzindo sua dependência dos combustíveis fósseis.

Embora envolto em dúvidas, o Protocolo de Kyoto deixa claro que os países mais industrializados precisam encarar com seriedade a necessidade urgente de pesquisar e utilizar combustíveis provenientes de fontes naturais renováveis, e que os países em desenvolvimento não devem, em hipótese alguma, seguir o caminho trilhado há décadas pelas superpotências mundiais. ■